

## DIREITOS EM DISPUTA



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade

TERESA DIB ZAMBON ATVARS



Conselho Editorial

Presidente

MÁRCIA ABREU

ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACIEL – EUCLIDES DE MESQUITA NETO

MÁRCIO BARRETO – MARCOS STEFANI

MARIA INÊS PETRUCCI ROSA – OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR.

RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI

REGINA FACCHINI  
E  
ISADORA LINS FRANÇA  
(ORG.)

*Direitos em disputa*

LGBTI+, poder e diferença  
no Brasil contemporâneo

EDITORIA  
UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP  
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO  
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

---

D628 Direitos em disputa : LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo  
/ organização: Regina Facchini e Isadora Lins França. — Campinas, SP:  
Editora da Unicamp, 2020.

1. Sexualidade. 2. Minorias sexuais. 3. Homossexualidade. 4. Identidade  
de gênero. 5. Igualdade perante a lei. I. Facchini, Regina. II. França, Isadora  
Lins. III. Título.

CDD – 306.7  
– 306.76  
– 306.766  
– 305.3  
– 323.42

978-65-86253-58-0

---

Copyright © Regina Facchini e Isadora Lins França  
Copyright © 2020 by Editora da Unicamp

Opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas neste material  
são de responsabilidade dos autores e não necessariamente  
refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.  
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,  
por escrito, dos detentores dos direitos.

Impresso no Brasil.  
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp  
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar  
Campus Unicamp  
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil  
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728  
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

# SUMÁRIO

PREFÁCIO – *Júlio Assis Simões* ..... 9

APRESENTAÇÃO ..... 17

## CIÊNCIA, POLÍTICA, DIFERENÇA E PROCESSOS DE MUDANÇA

1. DE HOMOSSEXUAIS A LGBTQIAP+: SUJEITOS POLÍTICOS, SABERES, MUDANÇAS E ENQUADRAMENTOS – *Regina Facchini*..... 31

2. CONTANDO AS MORTES: COPRODUZINDO GÊNERO, CONHECIMENTO E POLÍTICA NO MOVIMENTO TRANS – *Thiago Coacci*..... 71

3. INTERSECCIONALIDADE E DIVERSIDADE NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: MUDANÇAS DA ÚLTIMA DÉCADA – *Flavia Rios e Olívia Cristina Perez* ..... 89

4. O NASCIMENTO DO “ORGULHO GRISALHO”: IDOSOS LGBT E AS BATALHAS POR VIABILIDADES EXISTENCIAIS – *Carlos Eduardo Henning* ..... 117

## ESTADO, DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

5. O PROCESSO CONTÍNUO DE (RE)FAZER-SE NO ESTADO. LEITURA DE UM CICLO DA CONSTITUIÇÃO DA POPULAÇÃO LGBT(I+) NO BRASIL – *Silvia Aguião*..... 139

6. ENTRE O DESMONTE E A RESISTÊNCIA: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTT NO BRASIL CONTEMPORÂNEO – *Luiz Mello e Camilo Braz*..... 165

7. POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO BRASIL 2020: ENQUADRAMENTOS E ENFRENTAMENTOS – *Rogério Diniz Junqueira, Fernando Cássio e Andressa Pellanda*..... 189
8. SEXUALIDADES, DROGAS E RELIGIÃO: PRÁTICAS ATUALIZADAS DA “CURA GAY” NO BRASIL – *Marco Aurélio Máximo Prado e Isabela Saraiva de Queiroz*..... 217

### CORPOS, SUJEITOS E MOVIMENTOS

9. HOMOSSEXUAL, SAPATÃO, TRAVESTI, TRAFICANTE, VICIADA: GÊNERO, SEXUALIDADE E CRIME EM NARRATIVAS JUDICIAIS SOBRE MORTES DE LGBT – *Roberto Efrem Filho e José Clayton Murilo Cavalcanti Gomes* ..... 241
10. “VIVER, BRILHAR E ARRASAR”: RESISTÊNCIAS E UNIVERSOS CRIATIVOS ENTRE PESSOAS NEGRAS E LGBT+ EM SÃO PAULO – *Isadora Lins França e Bruno Nzinga Ribeiro* ..... 259
11. FEMINISMOS, COALIZÕES E EMERGÊNCIA DE SUJEITOS POLÍTICOS. PARTICIPAÇÃO DE GAYS, BISEXUAIS E HOMENS TRANS NA FRENTE DE MULHERES DOS MOVIMENTOS DO CARIRI (CE) – *Roberto Marques*..... 287
12. HOMENS INESPERADOS: EMERGÊNCIA PÚBLICA DE TRANSMASCULINIDADES NA CENA BRASILEIRA DO INÍCIO DOS ANOS 2000 – *Guilherme Almeida e Raquel Reis Carvalho* ..... 313

### CONSERVADORISMO, POLÍTICA SEXUAL E EDUCAÇÃO

13. MOVIMENTOS DE CRISTÃOS LGBT NO BRASIL “EVANGÉLICO”: PLURALISMO E AS FRONTEIRAS DA RELIGIÃO – *Cris Serra* ..... 343
14. “IDEOLOGIA DE GÊNERO” COMO ELEMENTO DA RETÓRICA CONSPIRATÓRIA DO “GLOBALISMO” – *Tatiana Lionço* ..... 373

15. DAS POLÍTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE ÀS POLÍTICAS ANTIGÊNERO E ANTISSEXUALIDADE NO BRASIL – <i>Lucas Bulgarelli</i> .....	393
16. DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA ADOLESCÊNCIA E NA JUVENTUDE: ENTRE DESAFIOS, CONTROVÉRSIAS E RESISTÊNCIAS – <i>Vanessa Leite</i> .....	411

### SAÚDE, PROCESSOS DE REGULAÇÃO E DE CUIDADO

17. POLÍTICAS DE SAÚDE VOLTADAS À DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO – <i>Gabriela Junqueira Calazans</i> .....	439
18. FORMAS DE CUIDADO COMO VIOLÊNCIA: AIDS, SILICONE LÍQUIDO E USO DE HORMÔNIOS EM TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS BRASILEIRAS – <i>Flavia do Bonsucesso Teixeira, Pedro Paulo Gomes Pereira, Gustavo Antonio Raimondi e Marco Aurélio Máximo Prado</i> .....	471
19. INTERSEXUALIDADES, BIOÉTICA E NEGOCIAÇÕES TÉCNICO- -POLÍTICAS – <i>Janaína Freitas e Paula Sandrine Machado</i> .....	493
20. A REGULAMENTAÇÃO DA PSICOLOGIA E AS DISPUTAS EM TORNO DAS RESOLUÇÕES CFP 01/1999 E CFP 01/2018 – <i>Pedro Paulo Gastalho de Bicalho</i> .....	511
AUTORAS E AUTORES .....	527





# PREFÁCIO

## DIFERENÇAS, DISPUTAS, ESPERANÇAS

*Júlio Assis Simões*

Há pouco mais de uma década, em 2009, Regina Facchini e eu publicávamos um livro de divulgação, *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*, dentro de uma coleção chamada “Histórias do Povo Brasileiro”. Ao concebê-lo, espelhamo-nos muito em *O que é homossexualidade*, clássico de bolso publicado pelos antropólogos Peter Fry e Edward MacRae em 1983, na coleção “Primeiros Passos”, quando havia não mais de cinco anos que o então chamado movimento homossexual brasileiro entrara em cena, no bojo na luta contra a ditadura militar e através de uma interlocução, não raro conflituosa, com as forças democráticas e com a esquerda da época.

Notável pela rara combinação de clareza, concisão e profundidade, o pequeno livro de Fry e MacRae consistiu em um exame, do ponto de vista da antropologia social, de “ideias, representações e práticas associadas à noção de relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo no Brasil”,<sup>1</sup> tendo contribuído para popularizar o termo “homossexualidade” numa época em que a palavra mal frequentava os discursos locais, mesmo dos emergentes ativistas. O nosso livro, por sua vez, vindo à luz um quarto de século depois, propunha-se a organizar um conjunto de informações e reflexões básicas sobre “os significados do processo de politização de identidades sexuais e de gênero ocorrido entre nós nas últimas décadas”,<sup>2</sup> quando a própria ideia

---

<sup>1</sup> Fry & MacRae, 1983, p. 14.

<sup>2</sup> Simões & Facchini, 2009, p. 11.

de uma “população LGBT” (como bem nota Silvia Aguião, neste volume) ainda soava duvidosa e estranha para diversos ouvidos.

Por conta de certas dificuldades editoriais e políticas, a publicação de *Na trilha do arco-íris* atrasou um ano (seu texto estava pronto desde 2008), de modo que não foi possível incluir em sua cronologia o fato talvez mais importante daquele ano de 2009 para nosso tema: a saber, o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, a partir da sistematização de propostas aprovadas na I Conferência Nacional LGBT realizada um ano antes. O lançamento desse plano foi acompanhado da criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos LGBT, dentro da então chamada Secretaria de Direitos Humanos, e da reestruturação do Conselho Nacional Contra a Discriminação, instituído no final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 2001, o qual passara a se denominar CNCD/LGBT.

Compondo o que ativistas se puseram a chamar de “tripé da cidadania”, essas iniciativas, estabelecidas no final do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, assinalavam o aparente compromisso do Estado brasileiro com o reconhecimento, mesmo abstrato, dos “direitos” de pessoas longamente afetadas pelos estigmas da orientação sexual e da expressão de gênero. Marcavam a inclusão de “LGBT” como uma coletividade digna de respeito e proteção pública, implicando uma chancela, ao menos simbólica, à própria categoria. Em um sentido mais amplo, enriqueciam o esforço de firmar os “direitos humanos” como eixo de consolidação da democracia e de um projeto mais igualitário de sociedade e de país.

Ainda em 2009, durante o 34<sup>o</sup> Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), o assistente social Guilherme Almeida (como ele próprio recorda, neste volume), então recém-ingresso como docente da Universidade Federal Fluminense (UFF), foi vivamente ovacionado pelo público que acabara de acompanhar a apresentação de sua autoetnografia “Homem transexual: fragmentos etnográficos da constituição de uma (nova?) identidade social”, na mesa “Direitos humanos, sujeitos e reconhecimento de novas

moralidades em debate”, idealizada e organizada pela antropóloga Laura Moutinho, minha colega na USP.

Essa cena inédita, que teve lugar no principal congresso acadêmico de ciências sociais no país, expressava muito acerca das relações de proximidade e mutualidade entre a produção de conhecimento e a ação política referente a questões de diversidade sexual e de gênero no Brasil. Talvez mais importante ainda, indicava um fenômeno cuja amplitude e reverberação fizeram-se ainda mais notáveis nos anos seguintes: como efeito ainda incipiente das tênues políticas redistributivas dos governos Lula e, sobretudo, de políticas afirmativas como a implantação das cotas sociais e raciais nas instituições de ensino superior, o perfil do público universitário estava em mudança, fazendo com que jovens negros, negras e LGBT aumentassem sua presença nas universidades, trazendo outras experiências e olhares, demandando novos temas e interesses para dentro da academia.<sup>3</sup>

Passados pouco mais dez anos, os desdobramentos dos processos constitutivos dos episódios aqui brevemente recordados não cessam de causar perplexidade a nós que não apenas os observamos, mas também deles participamos de muitas maneiras. A aparentemente promissora agenda de raça, gênero e sexualidade construída ao longo dos anos 2000, embutida em políticas orientadas para a redução da discriminação e da desigualdade, despertou repúdio e oposição em boa parte do público e do eleitorado nacional, foi duramente combatida e está sendo desmontada por forças políticas que ganharam mais voz e voto ao longo dos anos 2010. Os próprios sentidos de “direitos humanos” e “justiça social” tornaram-se alvo de disputas e reposicionamentos em favor do primado do mérito individual, da defesa da criança e da família, da desqualificação e da desumanização de pessoas ou coletividades imaginadas como ameaças a valores, posições e hierarquias tradicionais estabelecidas.

---

<sup>3</sup> Lima, 2018.

Uma seleção significativa desse elenco de pessoas que contribuíram tanto para a produção quanto para a reflexão acerca do que foi criado e vem sendo velozmente destruído ou reposicionado, em termos das políticas de gênero e sexualidade, está reunida nesta magnífica coletânea organizada por Regina Facchini e Isadora Lins França. Aqui encontramos uma admirável coleção de textos que oferecem visões retrospectivas e prospectivas de diferentes ângulos do complexo de sentidos, agenciamentos e disputas em torno da diversidade de gênero e sexualidade, em face do desconcertante presente que nos desafia e confronta. A formidável quantidade de contribuições e aspectos abordados, a diversidade temática, a pluralidade de campos de conhecimento mobilizados demonstram que a densidade e a complexidade que atualmente envolvem as diferenças e as disputas de gênero e sexualidade no Brasil definitivamente não cabem mais em um livro de bolso.

Embora o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, seja um ponto importante na virada de rumos nas políticas favoráveis à inclusão e à diversidade, vários trabalhos aqui reunidos permitem sustentar a observação de que é no período entre 2011 e 2014 que se organizou a mais eficiente reação contra a pauta de direitos associados à diversidade sexual e de gênero.<sup>4</sup> O marco dessa reação foi a decisão da própria presidente Dilma Rousseff de suspender a distribuição do material didático “Escola sem Homofobia”, em 2011, cedendo à pressão de parlamentares moralmente conservadores, vinculados às chamadas bancadas religiosas do Congresso, que apelidaram a iniciativa de “kit-gay” e a acusaram de ser parte de uma trama para corromper crianças, destruir a família e, pisme-se, “implantar o comunismo”. Em 2012, seguindo a triste toada, o então ministro da Saúde cancelou a divulgação da campanha governamental de prevenção a HIV-Aids que incluía um vídeo com dois rapazes trocando carícias numa boate, frustrando a tentativa de veicular mensagens favoráveis ao cuidado e ao respeito à diversidade sexual no âmbito das ações de prevenção.

---

<sup>4</sup> Carrara, 2019.

A escalada de pânicos morais prosseguiu em 2014, mobilizando já a retórica da “ideologia de gênero”, com investidas que resultaram na eliminação das referências a gênero, diversidade e orientação sexual dos planos municipais e estaduais de educação e no crescimento da campanha “Escola sem Partido”, apoiada especialmente pelo Movimento Brasil Livre (MBL), que produziu uma série de mobilizações públicas e projetos de lei em níveis estadual e municipal contra a suposta “doutrinação ideológica” nas escolas. Amplificada pelas redes sociais, a reação moral alastrou-se para a proibição de expressões artísticas e para manifestações contra intelectuais, como aconteceu com a exposição Queermuseu, em Porto Alegre, e com a vinda da filósofa Judith Butler a São Paulo, em 2017, e foi peça-chave do discurso reacionário do candidato vitorioso nas eleições presidenciais de 2018.

Como parte e consequência dessa reação política, de cunho moral e religioso, consagrada na eleição de Jair Bolsonaro, as estruturas governamentais ligadas às pautas de raça, gênero e sexualidade no âmbito do Executivo foram submetidas a um rápido processo de recomposição com vistas a dissolvê-las ou torná-las inócuas. A tentativa de reuni-las em um Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, em 2015, foi extinta no ano seguinte, já sob o governo de Michel Temer, que repassou suas atribuições para o Ministério da Justiça. No momento em que escrevo estas linhas, vigora no governo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (cuja titular é uma aplicada, experiente e carismática ativista de direita, que se proclama “terrivelmente cristã”), no qual as políticas para mulheres e de promoção da igualdade racial foram rebaixadas para secretarias, junto com família, juventude, pessoa com deficiência, pessoa idosa, crianças e adolescentes.

A questão LGBT, que sempre enfrentou mais dificuldades para formalizar sua existência na estrutura governamental e nunca se consolidou numa secretaria, foi realocada em uma diretoria na Secretaria de Proteção Global, que formalmente também cuida de temas como anistia e combate à tortura e ao trabalho escravo (preocupações de um sarcasmo orwelliano em um governo que elogia tortura e dá passe livre à devastação

e à exploração do agronegócio). Com a supressão concomitante dos organismos transversais voltados à promoção e à inclusão da diversidade (que afetou também as iniciativas de educação para relações étnico-raciais, indígenas e quilombolas), e a extinção da própria Secretaria de Direitos Humanos, a questão LGBT parece atualmente reduzida a uma estrutura mínima, formal e vaga de proteção contra violência.

Conforme ressaltam algumas contribuições a esta coletânea, não se trata apenas de um trabalho de desmonte, mas de constituição de uma nova política, que ora se mostra crítica e francamente contrária aos direitos humanos, ora busca reposicionar as fronteiras que distinguem quais são os humanos dignos de direitos. A base dessa nova política parece prover de um engajamento ativo numa luta difusa, travada em diferentes níveis, com vistas a retorcê-lo o potencial de desenvolvimento dos direitos humanos e legitimar um projeto anti-igualitário e antidemocrático de sociedade.

Embora o contexto atual faça a balança pender para o lado dos vários conservadorismos e reacionarismos morais e religiosos, as contribuições desta coletânea falam também de um cenário mais complexo, com múltiplas divisões, percursos distintos e diferentes possibilidades. Se no Executivo a paisagem é de devastação, e se o Legislativo permanece alheio e impenetrável, as demandas relativas à diversidade sexual e de gênero continuam encontrando guarida na Justiça. Avanços prosseguem por meio do julgamento de ações apresentadas ao Supremo Tribunal Federal. Em 2011, o STF estendeu direitos e deveres conjugais às relações entre pessoas do mesmo sexo; em 2018, reconheceu a possibilidade de alterar nome e sexo em registros civis, independentemente de processo judicial ou intervenção cirúrgica; em 2019, equiparou a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero ao crime de racismo; em 2020, decidiu pela extinção de uma ação popular que pretendia anular a resolução 01/99, do Conselho Federal de Psicologia, a qual proíbe intervenções destinadas a tratar ou “curar” homossexualidade; como também revogou restrições à doação de sangue por homens gays, tornando inconstitucionais as normas do Ministério da Saúde e da Anvisa que as sustentavam.

Não foi possível, tampouco, fazer terra arrasada de todos os arranjos, programas e planos institucionais, da expansão e da diversificação dos movimentos sociais, das novas tecnologias de comunicação e associação, dos formatos de militância e ativismo postos em prática, da reflexão e dos conhecimentos que continuaram a ser refinados e produzidos. A “ideologia de gênero” não foi capaz de deter ou sufocar experimentações e subjetivações de gênero e sexualidade de jovens e adolescentes. A geração de jovens negros, negras e LGBT que acedeu às universidades não está disposta a abrir mão de seu direito de existir sem ser discriminada. Os anos 2010, marcados pela virada reacionária nos costumes e na política, assistiram também à emergência e à proliferação de muitas formas e espaços de sociabilidade afetiva e erótica na colorida cena LGBT, constituídos segundo combinações de lógicas mercantis e políticas de valorização pessoal e reconhecimento mútuo. Iniciativas como #VoteLGBT e o surgimento de candidaturas coletivas nas eleições legislativas são indícios de que a desilusão e o dilaceramento não cortaram as possibilidades de aproximação e conexão com pautas de participação e representação política.

Não só a categoria LGBT se incorporou à comunicação convencional, mas o respeito a formas, expressões e vivências de diversidade sexual e de gênero parece também mais incorporado ao cotidiano de muitas camadas da sociedade. Visto deste ângulo, é o discurso reacionário de certos pastores, padres e políticos que destoa. Estaremos condenados a diferenças intransponíveis, disputas intermináveis, bolhas e polarizações? Flavia Rios e Olívia Perez, neste volume, falam de pertencimentos que nutrem a esperança. Não o otimismo ilusório, mas a esperança que nos faz renascer e prosseguir. Creio que este livro também seja um convite à esperança.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARRARA, S. “O movimento LGBTI no Brasil: reflexões prospectivas”. *Reciis*, vol. 13, n. 3. Rio de Janeiro, 2019, pp. 450-456.

- FRY, P. & MACRAE, E. *O que é homossexualidade*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- LIMA, M. “A produção de conhecimento em tempos de conflito: o lugar das ciências sociais”. *Revista de Antropologia*, vol. 61, n. 1. São Paulo, 2018, pp. 95-102.
- SIMÕES, J. A. & FACCHINI, R. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2009.



## APRESENTAÇÃO

O lugar-comum de que o Brasil não é para principiantes parece afirmar-se cada vez mais nos últimos anos. Nosso cenário político e social tem se movimentado muito rapidamente, em direções muitas vezes imprevistas. Gênero e sexualidade ocupam aí um lugar central: entre pânicos morais e *fake news*, nossas ansiedades sociais têm sido mobilizadas com frequência. Esse processo que coloca gênero e sexualidade no centro de disputas políticas está associado ao fato de que essas arenas da vida social são lugares onde frequentemente se depositam ansiedades diversas, mas também responde à dinâmica dos embates políticos específicos do nosso tempo. A ofensiva antigênero que vivemos pode ser entendida também como uma resposta às conquistas no marco nacional e internacional na agenda de direitos para mulheres e LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans, Intersexo), apontando para disputas que ultrapassam inclusive a escala nacional.

Esse é um cenário que vem desafiando pesquisadoras e pesquisadores que trabalham com diversidade sexual e de gênero. Temos sido instados a reler nossos trabalhos, a redirecionar nossos interesses de pesquisa, a ampliar os diálogos com outros campos de estudo. Se nos batemos contra o anti-intelectualismo e as ameaças à universidade, bem como ao fato de que os estudos de gênero e sexualidade sejam um dos alvos preferenciais dos ataques, também temos feito dessa constante luta um estímulo à reflexão e ao encontro.

Este livro é fruto dos modos pelos quais vimos encarando os desafios que esses tempos que vivemos nos apresentam: reunimos aqui

um conjunto diverso de estudos sobre diversidade sexual e de gênero, costurado lentamente pelas relações que cultivamos nas últimas décadas em torno desse campo. Muito conhecimento se produziu sobre gênero e sexualidade durante o que temos chamado de processo de cidadanização de LGBTI+ no Brasil, que teve como efeito o fortalecimento de um campo de estudos. O processo de cidadanização marca as duas primeiras décadas dos anos 2000 até chegarmos ao atual desmonte das políticas voltadas para LGBTI+. No momento histórico imediatamente anterior ao que vivemos, LGBTI+ emergem como sujeitos de direitos no Brasil, o movimento social revitaliza-se e ganha visibilidade inédita, um mercado voltado a gays e lésbicas floresce, essa “população” ganha as ruas na forma multicolorida das paradas LGBTI+. Ainda que estivéssemos muito distantes de uma efetiva construção de cidadania e dignidade para LGBTI+, a percepção geral era de um inédito reconhecimento – tanto que foi necessário mudar a chave analítica das pesquisas para que se pudesse também investigar o que significava tornar-se sujeito de direitos e quais os limites desse reconhecimento. Porém, o sentimento de que nada estava ganho e de que cada espaço precisaria ser disputado cresceu nos últimos anos.

Muitos dos autores que compõem este livro ofereceram contribuições altamente relevantes para a compreensão de variados aspectos que envolveram o período da cidadanização e seus textos convidam à releitura daquele momento histórico a partir dos novos enfrentamentos que temos hoje no Brasil. Outros autores entre os selecionados têm construído suas abordagens já partindo do cenário contemporâneo de desmonte e ofensiva antigênero, e, com seus trabalhos, têm iluminado importantes aspectos dele. O conjunto de textos foi cuidadosamente composto com base nessas características.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Enquanto finalizamos o livro, enfrentamos a pandemia de Covid-19 no Brasil. A maior parte dos textos foi concluída antes de seu início e, por isso, não aborda essa situação. Entretanto, os textos apresentam um cenário amplo relacionado à diversidade sexual e de gênero no país, que seguramente deixa sua marca no modo pelo qual essa emergência sanitária atinge a população LGBTI+.

A ideia também foi a de construir uma abordagem acessível de temas que atingiram grande refinamento conceitual e analítico. Atravessar muros e construir pontes tem sido uma prioridade entre os que trabalham na grande área das ciências humanas nas universidades brasileiras: é preciso compartilhar o conhecimento que produzimos e torná-lo acessível a não especialistas. É necessário traduzir conceitos e perspectivas analíticas, ajudar a fomentar e a qualificar o debate público, construir coletivamente novos entendimentos da vida social e, quem sabe, novas saídas políticas.

Neste livro, a leitora ou o leitor encontrará textos inquietos, comprometidos com o esforço de oferecer enquadramentos analíticos para a compreensão de temas tão tensionados. Também verá um conjunto altamente interdisciplinar: antropologia, sociologia, psicologia, educação, direito, saúde concorrem para a produção de um todo multifacetado. Os diferentes temas cruzam transversalmente as identidades LGBTI+, que não são elas mesmas os eixos de organização do livro. A ideia é a de que essas identidades são importantes como forma de nomear sujeitos políticos e de construir ação coletiva, mas são atravessadas por processos mais abrangentes do que as letrinhas podem indicar. Organizamos os textos em torno dos seguintes temas: “Ciência, política, diferença e processos de mudança”, “Estado, direitos e políticas públicas”, “Corpos, sujeitos e movimentos”, “Conservadorismo, política sexual e educação”, “Saúde, processos de regulação e de cuidado”.

Uma nota inicial: optamos pela utilização, no título do livro e nesta apresentação, do acrônimo LGBTI+, sinalizando o que talvez seja a sigla mais consolidada neste momento para movimentos e populações associados à diversidade sexual e de gênero no Brasil. No decorrer do livro, contudo, outras siglas aparecerão, dialogando com momentos históricos muito distintos, do inicial Movimento Homossexual Brasileiro até o novíssimo LGBTQIAP+. Essa instabilidade classificatória corresponde ao próprio processo interno das políticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero e sugere relações de disputa e de aliança. Assim, mais do que congelar tais relações, os artigos do livro mostram seu dinamismo contextual.

Alguns traços perpassam o conjunto dos capítulos. É notável que a maioria dos trabalhos tenha anotado o período pós-*impeachment* de Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro como balizas temporais importantes, que organizam um antes e um depois na reflexão que apresentam. Essas balizas indicam o início do ataque aos direitos sexuais e da ofensiva antigênero. Ainda, há duas perspectivas que aí aparecem: por um lado, enfatizam-se o desmonte de políticas públicas para LGTBI+ e o ataque constante a esses sujeitos no plano ideológico do atual governo; por outro lado, aponta-se que não há apenas um desmantelamento das políticas anteriores de proteção de LGTBI+, mas uma nova política em curso, que é antidireitos e produz marginalização de LGTBI+ – e também de outras populações, como a de mulheres, de pessoas negras, de indígenas, quilombolas, entre outros.

Se os capítulos deste livro oferecem uma valiosa leitura crítica do cenário atual de ataque aos direitos e à dignidade de LGTBI+, também enfatizam que as saídas possíveis passam pelas mudanças nos ativismos. As transformações que marcaram a primeira década dos anos 2000 foram incorporadas à gramática das lutas políticas e mesmo ao cotidiano da vida social. Os caminhos que aí se abriram indicam também a possibilidade de fortalecer o debate e a construção política, em reação aos processos de desdemocratização que vivemos atualmente.

Alguns aspectos parecem fundamentais para entender os novos territórios dos ativismos. O conjunto dos artigos evidencia como o vocabulário das interseccionalidades está de tal maneira sedimentado que hoje é muito difícil tratar das questões relacionadas a gênero e sexualidade sem tomar em conta suas articulações com outras categorias, como raça, classe social e geração. A articulação das diferenças tanto produz a possibilidade de atuação política em fóruns mais convencionais, como permite agenciamentos nas zonas fronteiriças que se estabelecem entre política, mercado e estética.

Ao mesmo tempo, a linguagem da política nesses termos não pode prescindir dos corpos: se as marcas da violência inscrevem-se nos corpos e a partir deles, a dimensão corporal surge aqui também como elemento